
A presença feminina na cobertura de política e economia nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (1968-1978)¹

Eloiza AMARAL²

Ana Lucia NISHIDA TSUTSUI³

Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP

RESUMO

Este trabalho mapeia as produções jornalísticas assinadas por jornalistas mulheres de 1968 a 1978, anos de vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os dois principais veículos do jornalismo de referência paulista. Para isso, o artigo realiza uma análise quantitativa de matérias vinculadas às macrotemáticas de Política e Economia, cuja cobertura é tradicionalmente designada a profissionais homens devido às desigualdades de gênero estruturais nas redações. Ao mesmo tempo, traça um panorama da feminização do jornalismo como profissão, tendo como pano de fundo histórico a ditadura civil-militar brasileira, período em que a imprensa foi bastante afetada pela censura.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalistas mulheres; Ditadura civil-militar; Jornalismo de referência; Política; Economia.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da constatação de que a presença de jornalistas mulheres em redações durante o período da ditadura civil-militar foi bastante desigual quando comparada à atuação masculina, diante de certo preconceito de gênero em relação aos espaços permitidos para a ocupação delas (CHARAUDEAU, 2010), e às temáticas delegadas para a sua cobertura. Além disso, a participação de mulheres, no período em questão, esteve bastante ligada à produção de textos de “cultura, cidades, moda, geral e ‘notícias brandas’ e em menor número política e economia” (ALDRIDGE, 2001; CHAMBERS; STEINER; FLEMING, 2004 apud VIEIRA; ROCHA, 2016, p.4).

Partindo desta constatação, a presente pesquisa busca analisar, com base em um levantamento quantitativo, como se deu a participação de mulheres em dois jornais de referência⁴, conforme definição proposta por Zamin (2014) para o conceito: *O Estado de*

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo da Intercom Júnior – XVIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Bacharel do Curso de Jornalismo pela UAM, e-mail: eloizaamarall@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UAM, e-mail: nara.scabin@anhembi.br

⁴ Nesta pesquisa, partimos do conceito de “jornalismo de referência” para a definição da amostragem que será analisada; na próxima seção do artigo, retomamos e esclarecemos o sentido com que o conceito será tomado.

S. Paulo e Folha de S. Paulo. Consideramos o intervalo entre 1968 e 1978, anos de vigência do Ato Institucional 5º (AI-5), durante a ditadura civil-militar no Brasil. Para isso, o trabalho se baseia no levantamento de textos e mapeamento das pautas cobertas por mulheres nos dois veículos ao longo do período em foco. Mais especificamente, priorizamos a compreensão da atuação dessas jornalistas na cobertura de Política e Economia, entendidas como “macrotemáticas”.

Empregamos aqui a noção de “macrotemática” em referência aos grandes assuntos abarcados pela cobertura noticiosa em jornais. Trata-se, portanto, de conceito distinto da ideia de “editoria”, já que “editorias são divisões de cadernos propostas pelos jornais que, normalmente, seguem alguma afinidade temática. Já macrotemáticas são os grandes assuntos pelos quais podemos dividir o escopo noticioso de um jornal” (VENANCIO, 2008, p. 101). Dessa forma, observa-se que uma mesma macrotemática pode comparecer em diferentes editorias, não obstante a organização do jornal em editorias possa oferecer pistas para a identificação das macrotemáticas abordadas nas matérias. Com base nessa definição, para identificar as macrotemáticas presentes nas matérias, consideramos o tratamento temático conferido pelo jornal aos acontecimentos ou discussões em foco, além da própria natureza dos episódios noticiados (no caso deste trabalho, procuramos por eventos cuja cobertura jornalística evidenciasse conexões com os campos da política e da economia).

Em relação ao período de observação em foco nesta pesquisa (1968 a 1978), é preciso lembrar que se trata de um contexto historicamente marcado pela ditadura civil-militar brasileira, que perdurou entre os anos de 1964 e 1985, tendo como estopim o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart. Para legitimar os atos e decisões tomadas ao longo dos anos, os militares fizeram uso de atos institucionais, decretos com poder de artigos da Constituição, sendo o mais conhecido deles o AI-5, promulgado em 13 de dezembro de 1968 pelo então presidente da República Marechal Costa e Silva.

O Ato Institucional N.º 5 abriu a fase de maior repressão do Regime Militar e, sob a alegação de garantir a segurança nacional, foi responsável pela imposição de censura prévia⁵ aos veículos de comunicação (MATTOS, 2005), praticada por meio de

⁵ Um dos jornais em foco nesta pesquisa, *O Estado de S. Paulo*, sofreu um ato de censura prévia no dia 24 de agosto de 1972, quando várias viaturas da Rádio Patrulha invadiram a redação do veículo em busca de um noticiário sobre o lançamento da candidatura de Ernesto Geisel à Presidência da República. Como se tratava de um alarme falso, nada encontraram. A partir daquele momento, o jornal passou por censura prévia até 5 de janeiro de 1975, quando, por ocasião de seu centenário, ela foi suspensa (SOARES, 1989).

presença de um censor na redação dos veículos de imprensa, envio de matérias para a análise da polícia federal antes da publicação; ou ordens emitidas por meio de bilhetinhos, telegramas e telefonemas indicando assuntos que não poderiam ser divulgados (CARVALHO, 2014). Com isso, a liberdade de imprensa se tornou escassa, e os profissionais foram obrigados a submeter seus textos a critérios políticos, além de contarem com a presença de censores diariamente nas redações⁶. Nesse período, matérias das editoriais de Política e Economia eram particularmente suscetíveis à censura estatal, já que muitos temas econômicos e de política interna eram proibidos, com textos precisando ser alterados ou sequer sendo publicados (MARCONI, 1980).

Ao mesmo tempo, as redações nos anos 1960 e 1970 eram compostas majoritariamente por homens (KOSHIYAMA, 2001). Esse dado pode ser atribuído a uma possível expectativa, por parte dos leitores, em relação à credibilidade das matérias baseada no gênero de quem as havia escrito, principalmente em relação a temas então considerados de maior interesse do público masculino, como no caso das macrotemáticas analisadas por esta pesquisa. Essa hipótese será melhor desenvolvida, ao longo do trabalho, a partir do conceito de “contrato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2010).

No caso da atuação feminina, diante de fatores decorrentes da cultura machista bastante presente em uma sociedade arraigada em tradições patriarcais, como é o caso do Brasil, este trabalho considera a hipótese de que as mulheres sofriam certa censura temática no interior das redações, uma vez que a elas geralmente era destinada a cobertura de *soft news* e, apenas em menor proporção, a de Política e Economia⁷. Daí a importância de se analisar a presença de mulheres a partir de textos produzidos sobre esses dois eixos, pois se faz necessário compreender e discutir a possível existência de uma “censura de gênero”⁸ nas redações.

⁶ Convém observar que *Folha e Estado* tiveram singularidades nas formas como se relacionaram com a censura prévia oficial, aspecto que não será abordado em profundidade neste artigo em função da limitação de espaço. Não obstante, reconhecemos que um aprofundamento dessa discussão contribuiria para a compreensão dos conflitos existentes sobre o modo de produção jornalística

⁷ Esta afirmação se baseia em Vieira e Rocha (2016). As características próprias do processo de feminização da imprensa no Brasil serão retomadas mais adiante no artigo.

⁸ Não queremos com isto sugerir que haja ligação direta entre a censura prévia oficial e a forma como se dava a atuação de jornalistas mulheres nas redações - ao contrário, pretendemos neste trabalho chamar a atenção para outras formas de restrição da liberdade de expressão destas profissionais, que transcendiam a censura dos órgãos burocráticos do Estado. Retornaremos a essa questão com maior profundidade na página 10 deste artigo. Da mesma forma, embora fuja às nossas possibilidades nas dimensões deste artigo, reconhecemos, como frente relevante a ser explorada em pesquisas futuras, a discussão sobre como, de fato, a censura estatal pode ter influenciado a prática das jornalistas mulheres

1. QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

1.1. O Jornalismo como discurso midiático

Na construção do Quadro Teórico de Referência desta pesquisa, recorreremos a às considerações de Patrick Charaudeau (2010) acerca do entendimento sobre a mídia e o jornalismo, que ele caracteriza como “máquina midiática”. Segundo o autor, existe um contrato de comunicação tácito entre a mídia e seus receptores, o qual define um universo de referência comum, como um acordo pré-estabelecido entre ambas as partes. Dessa forma, a *instância de produção* e a *instância de recepção* implicadas na máquina midiática compartilham um entendimento similar sobre as expectativas dos possíveis discursos apresentados. Em outras palavras: “o contrato é um quadro de reconhecimento no qual se inscrevem os parceiros para que se estabeleça a troca e a intercompreensão, sendo, portanto, da ordem do imaginário social” (CHARAUDEAU, 2010, p. 6).

Nessa perspectiva sobre o funcionamento das mídias, é fundamental o conceito de “discurso”, que, segundo o autor, corresponde à língua em ato, em suas imbricações sociais, políticas e culturais, resultando da combinação entre as *circunstâncias em que se fala ou escreve* e a *maneira pela qual se fala ou escreve*. Além disso, a produção do sentido no/pelo discurso depende de “um duplo processo de semiotização: de transformação e de transação” (CHARAUDEAU, 2010, p.41). Enquanto o processo de transformação corresponde à conversão do “mundo a significar” em “mundo significado”, classificando-o em categorias expressas por formas, o processo de transação consiste, para o sujeito produtor de um ato linguagem, na modulação de seu discurso em função de um destinatário presumido e dos efeitos que se buscam alcançar. Nos termos de Charaudeau (2010), o processo de transação diz respeito a:

[...] dar uma significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de um certo número de parâmetros: as hipóteses sobre a identidade do outro, o destinatário-receptor, quanto a seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses etc.; o efeito que pretende produzir nesse outro; o tipo de relação que pretende instaurar com esse outro e o tipo de regulação que prevê em função dos parâmetros precedentes (CHARAUDEAU, 2010, p.41).

Dessa forma, é o processo de transação que comanda o processo de transformação. Logo, aquele que informa, utilizando as exigências do processo de transação, só constrói sua informação em função dos dados da situação de troca. Com isso, nenhuma informação pretende ser neutra, já que, por passar pelo ato de transação,

depende do alvo escolhido pelo informador e da possível coincidência deste com o tipo de receptor que interpretará o que lhe foi apresentado.

Por meio desses mecanismos, então, comunicação e informação são fenômenos sociais integrados pelas mídias em suas diversas lógicas e, embora estas sejam muitas vezes vistas apenas como meios de manipulação da opinião pública, ao apresentar efeitos distantes de uma pretensão informacional, a mídia não pode ser considerada uma instância de poder (CHARAUDEAU, 2010). Em suma, tanto à mídia como instituição quanto aos jornalistas como sujeitos discursivos, não lhes cabe (e tampouco lhes seria possível) orientar ou impor orquestrada e deliberadamente valores e perspectivas aos seus receptores.

Não obstante, um fato é inquestionável: “As mídias não transmitem o que acontece na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (CHARAUDEAU, 2010, p.19). Isto porque a prática de selecionar o que é importante e interessante faz com que se construa uma visão fragmentada do espaço público.

Com isso, as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia [...]. Com efeito, o espaço público como realidade empírica é compósito: desdobram-se, aí, práticas diversas, sendo umas de linguagem, outras de ação, outras de trocas e de organização em grupos de influência. Isso ocorre no âmbito de cada uma das três esferas que constituem as sociedades democráticas: a do político, a do civil e a das mídias. Tais esferas interferem umas nas outras sem que se possa dizer qual delas domina. Assim, os atores de cada uma delas constroem para si sua própria visão do espaço público, como uma representação que tomaria o lugar da realidade (CHARAUDEAU, 2010, p.20).

Os apontamentos de Patrick Charaudeau que recuperamos brevemente nesta seção são fundamentais a esta pesquisa, uma vez que, ao nos aprofundarmos sobre a percepção em relação às produções feitas por mulheres nos veículos de referência paulistas no período histórico de 1968-1978, podemos fazer paralelos em relação à natureza e ao funcionamento do discurso midiático e da máquina midiática. Isso porque, a partir do conceito de “contrato de comunicação”, fica evidente que havia a construção de um juízo de valor atribuído às pautas com base na diferença de gênero.

Ou seja, como será visto adiante, embora as mulheres estivessem ocupando espaços nos jornais, as temáticas cobertas por elas eram, quase sempre limitadas; ao mesmo tempo, o direcionamento das pautas cabíveis às jornalistas mulheres parecia seguir as expectativas dos editores e diretores de redação sobre o que a instância de recepção consideraria “pautas de mulheres”. Nesse sentido, a elas era destinada, com

mais frequência, a cobertura de assuntos percebidos em discursos circulantes como “femininos”. Assim, em relação aos processos de transação e transformação, como descritos por Charaudeau (2010), a máquina midiática destinava às mulheres a produção de determinadas informações considerando as variáveis da situação do público-alvo que pretendia atingir: no caso, quando escreviam para pessoas do mesmo gênero, a enunciadora (repórter) era vista como mais competente para a realização da troca comunicativa.

Por tudo isso, a construção de sentido está diretamente ligada às representações presentes na cultura (HALL, 2016), já que estas apontam para desejos socialmente validados, produzem normas e revelam sistemas de valores, da mesma forma como os “saberes de conhecimento” (CHARAUDEAU, 2010) são sempre construídos no interior do processo de produção de representações.

1.2. A política e a economia no Jornalismo

Podemos definir o jornalismo de referência como aquele dotado de vasta credibilidade, desenvolvido a partir de uma matriz racional-iluminista que convive com os compromissos mercadológicos e divulgador dos fatos de interesse público (AMARAL, 2004). É o caso do jornalismo produzido pelos veículos analisados neste trabalho, especialmente em suas publicações acerca de economia e política, uma vez que, muitas vezes, “fato econômico só tem destaque na imprensa de cobertura geral quando transformado em fato político” (QUINTÃO, 1987, p. 59).

O jornalismo político pode ser visto como uma entidade existente desde que a humanidade faz circular informações, uma vez que, historicamente, o primeiro jornal de que se tem conhecimento, a *Acta Diurna*, que surgiu por volta de 69 a.C., já contava com informações de teor político, como campanhas militares e decisões tomadas pelo Império (Associação Nacional dos Jornais). No entanto, esse tipo de jornalismo só adquiriu sua forma moderna a partir dos desdobramentos da Revolução Francesa, em 1889, embora a maioria das produções, naquele contexto, fossem opinativas. Ainda assim, o século XIX, ao marcar a gênese de uma esfera pública burguesa, torna-se palco também da aquisição do papel, pela imprensa, de mediadora do debate público/político e de publicização das críticas ao poder (HABERMAS, 2003). É a partir deste ponto de virada na concepção de jornalismo que a cobertura de fatos políticos torna-se um pilar fundamental às práticas jornalísticas como concebidas hoje.

Mais tarde, no século XX, o destaque conferido à cobertura política é um dos elementos envolvidos na consolidação do que se costuma denominar “imprensa de referência” no campo jornalístico (ZAMIN, 2015). Para Zamin, a imprensa de referência se consolida ao possuir as seguintes características: ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural); e possuir índices elevados de tiragem e circulação.

No Brasil, o jornalismo político foi instaurado com a chegada da Corte, em 1808, e o início da prática da imprensa. Imprensa esta que, inicialmente, era unipartidária, por cobrir apenas os interesses da Coroa, para manter-se no controle político da colônia, para que autoridades menores, como nobres e oligarcas, entendessem que havia um novo controle, embora posteriormente novos interesses tenham emergido e as páginas tenham ganhado outros pontos de vista. Mesmo que não houvesse um espírito de democracia, a máquina midiática (em sua forma rudimentar, primitiva) podia ser considerada como produzindo um jornalismo político, porque passou a ser o agente que permitia o debate, a circulação de discursos, a pluralidade de ideias, versões divergentes e interpretações para a aproximação da verdade. Não à toa, as “classes detentoras do poder político e econômico, ao perceberem a capacidade articuladora, politizadora e organizadora da imprensa, a quiseram como aliada, nunca como inimiga” (BUORO, 2010, p.14)

Já em relação ao jornalismo econômico, este pode ser definido como a “difusão dos fatos e temas relacionados com economia e setor de finanças” (QUINTÃO, 1987, p. 25), não se voltando apenas a acontecimentos excepcionais e singulares; assim, ele trata da constante transformação da realidade econômica, das novas variáveis que surgem e da ausência de independência dos fatos (KUCINSKI, 1996 apud. JACOBINI, 2008, p.191). Embora possua as mesmas funções das outras especialidades do jornalismo, tem como uma característica bastante marcante uma postura, por parte dos veículos, de busca pelo grande público (JACOBINI, 2008, p.205).

No Brasil, o jornalismo econômico foi incipiente até a década de 1950, pois era “mais fruto do colunismo que de reportagens, [...] mais analítico que noticioso” (ENCARNAÇÃO, 2007, p. 24), e começou a se desenvolver à luz do modelo desenvolvimentista aplicado por Juscelino Kubitschek. Segundo Quintão, a imprensa retratava o interesse do governo de atrair capital estrangeiro para conseguir modernizar o

parque industrial nacional e, com isso, sair do subdesenvolvimento, com um conteúdo modernizador, ufanista e desenvolvimentista (QUINTÃO, 1987).

No entanto, foi só durante o período ditatorial que o jornalismo de economia teve sua ascensão e se tornou bastante similar à forma pela qual o conhecemos hoje, por conta do chamado “Milagre Econômico”, quando o Brasil começou a solicitar empréstimos de bancos estrangeiros a juros baixos, e o governo concedia incentivos fiscais para aumentar as exportações, o que fez com que o Produto Interno Bruto (PIB) chegasse a crescer 11% entre 1968 e 1973.

Por conta do clima otimista gerado pelo chamado “Milagre Econômico”, a maioria das notícias acerca do tema eram positivas. Assim, diferentemente do que acontecia nas demais áreas temáticas, a cobertura econômica sofria apenas uma censura branda, já que servia de base para divulgar os feitos dos generais, o que garantiu, em parte, o apoio da sociedade ao regime por algum tempo.

De uma forma geral, a década de 1970 criou uma imprensa identificada com o ideal político-ideológico da burguesia, financiada pelo capital externo para seu processo de modernização, como foi o caso da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. As editorias de economia tornaram-se cada vez mais importantes, com posição privilegiada, bons espaços na primeira página, além das páginas internas. Foi nesse contexto que surgiu o segmento do jornalista de economia, especializado e voltado exclusivamente para o material informativo de conteúdo acadêmico (JACOBINI, 2008, p.195).

Mesmo quando o “Milagre Econômico” começou a apresentar sinais de falha, ocasionando uma recessão ao final de 1973, as publicações econômicas, diferentemente do que se poderia supor, ganharam ainda mais destaque, buscando noticiar todos os fatos envolvendo a economia nacional e mundial. Isto porque o público se sentia receoso em relação ao futuro da nação, querendo compreender como o fato afetaria num ponto tão delicado quanto as suas próprias finanças.

1.3. As mulheres no jornalismo

A entrada de mulheres na profissão jornalística está “relacionada ao processo de profissionalização da carreira e às transformações sociais e dos meios de comunicação, ocorridas sobretudo a partir do século XX” (ROCHA, SOUSA, 2008; ROCHA, 2016 apud ROCHA; WOITOWICZ, 2017, p. 9). Além disso, a feminização do jornalismo também se deve à criação de cursos superiores voltados a esta área a partir dos anos de 1940 e, de forma mais acentuada, após 1960, por conta da exigência da obrigatoriedade

do diploma para o exercício da profissão, de acordo com o Decreto-Lei 972 de 17 de outubro de 1969 (ROCHA; WOITOWICZ, 2017, p. 9).

De toda forma, no Brasil, o processo de feminização da profissão ocorreu de forma articulada com os processos de precarização das relações e das condições de trabalho, banalização, autonomização e profissionalização (LEITE, 2017, p. 46). Para Lelo (2019), a mera paridade entre mulheres e homens nas redações não conduz mecanicamente à igualdade de condições ou à isonomia das condutas organizacionais (LELO, 2019, p. 2), uma vez que o aumento do número de mulheres entre os profissionais não resultou em acesso correspondente a lugares de destaque. Isso se refletia tanto nas posições profissionais ocupadas por elas quanto no tipo de pautas delegadas a elas, já que os fatores de valorização, respeito, credibilidade, reconhecimento e prestígio continuaram sendo de difícil alcance para as mulheres (LEITE, 2017, p. 66).

Na prática, falando sobre a alocação de pessoal no processo de produção de matérias, as mulheres tendem a receber, predominantemente, ainda hoje, como atribuições principais, a realização de reportagens de cunho cultural, ligadas ao universo das *soft news*, cujos assuntos limitam-se à moda, estilos de vida e de consumo, aspectos estereotípicos da *fait-divers* feminilidade, que possuem menor impacto na opinião pública, diferentemente do que é visto nas *hard news*, que estão associadas aos assuntos considerados “sérios”, aos acontecimentos da atualidade, às tensões da realidade social (CHAMBERS, STEINER, FLEMING, 2004 apud. LEITE, 2017, p. 54).

Para compreender o fato de mulheres escreverem predominantemente sobre temas como moda, culinária e educação, é possível considerar a hipótese, além da existência de posicionamentos machistas entre aqueles que comandavam as redações, de que esse tipo de destinação temática estivesse relacionada à perspectiva de que a autoria feminina pudesse ser percebida, do ponto de vista do “contrato de comunicação” midiático (CHARAUDEAU, 2010), como fonte de maior credibilidade entre as leitoras. Da mesma forma, pode-se considerar que a cobertura de macrotemáticas consideradas de interesse masculino na época – como economia e política – fosse delegada a jornalistas homens em virtude de prováveis projeções sobre as expectativas do público.

No mesmo sentido, diretores executivos e especialistas em mercado editorial apontam ser comercialmente rentável contratar jornalistas mulheres para assinarem matérias voltadas a temas apreciados como de interesse exclusivo do público feminino, sob a vaga suposição de uma “sintonia” de preocupações (DAMIAN-GAILLARD et al.,

2009; DAMIAN-GAILLARD; SAIITA, 2016, apud LELO, 2019, p.9). Além disso, como a maioria dos cargos de diretoria nas redações eram – e são – ocupados por homens, a homossexualidade masculina (ou a relação de maior sociabilidade ente os homens) explícita também é um fator para a inclinação a atribuir pautas de destaque para colegas do mesmo gênero (LELO, 2019, p. 7).

Alice Mitika Koshiyama (2001) lembra que, em 1968, em uma das aulas do professor, jornalista e advogado do jornal *O Estado de S. Paulo* Flávio de Almeida Prado Galvão no curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ele “explicou” que a redação do jornal era um lugar impróprio para mulheres e que, por isso, restavam a elas os suplementos femininos (KOSHIYAMA, 2001, p. 4).

No entanto, como nos lembra a autora, a exclusão das mulheres dos espaços considerados mais “nobres” na produção jornalística reflete processos mais gerais de exclusão social, os quais apresentam dois aspectos. Um deles diz respeito ao lugar social das mulheres na história, voltadas para a vida cotidiana e longe dos centros de decisão e poder, fato que as torna invisíveis em narrativas históricas centradas nos grandes eventos que tomam o espaço público. O segundo aspecto refere-se à pura omissão de consulta aos documentos que atestavam a presença das mulheres no espaço público e nas lutas sociais, como nas barricadas da Revolução Francesa⁹ (KOSHIYAMA, 2001, p. 3).

Considerando o período da ditadura civil militar abordado nesta pesquisa, a posição de “escanteio” na qual as mulheres eram colocadas também pode ser entendida como uma forma de censura interna nas redações, já que elas tinham cerceado seu acesso ao pleno exercício da liberdade de expressão. Como aponta Eric Barendt (2007), a plena conquista da liberdade de expressão em uma sociedade democrática deve ser considerada não apenas em face da ausência de restrições estatais, mas também à luz do grau de pluralismo e diversidade presente no debate público.

Assim, em relação aos levantamentos conduzidos no desenvolvimento do presente artigo, a partir dos quais observamos um predomínio de jornalistas homens como autores de matérias vinculadas às macrotemáticas de Política e Economia, como veremos adiante, convém observar que, embora houvesse, no período, a vigência de forte censura prévia

⁹ Além disso, os estudos históricos não privilegiam o olhar sobre as mulheres: “Fazer de conta que as mulheres não existiam é um comportamento que ajudava a construir a história das mulheres como seres que não tinham identidade própria, reforçando a visão da mulher complemento do homem, Eva costela de Adão” (KOSHIYAMA, 2001, p. 2).

estatal, este não era o motivo pelo qual as mulheres não estivessem assinando ativamente mais textos sobre os assuntos em questão.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de se analisar da forma mais abrangente possível as publicações feitas por mulheres nos jornais de referência *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, dentro das limitações temporais da pesquisa, foi feito um recorte com base em temáticas para que pudesse ser obtida uma amostragem para garantir material de pesquisa. Além disso, este trabalho utiliza parte do levantamento elaborado no projeto de iniciação científica da autora¹⁰.

Assim, para que o maior número possível de meses fosse analisado, foi feito um levantamento das publicações assinadas por mulheres nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* entre dezembro de 1968 e outubro de 1978, consideramos um mês por ano a partir de uma amostragem aleatória, que se iniciou em dezembro de 1968 (seguido por janeiro de 1969, fevereiro de 1970 e, assim, sucessivamente, até outubro de 1978). O único mês do ano que não teve matérias contempladas foi novembro, pois os meses analisados, de acordo com os anos compreendidos, coincidiram exatamente com os de início e fim do Ato Institucional nº. 5 (AI-5).

Além disso, foram observados rigorosamente 14 dias de todos os meses, situados na segunda e terceira semana de cada mês. Vale ressaltar que todo o levantamento do material analisado foi feito por meio dos motores de busca dos acervos digitalizados das edições impressas de ambos os veículos, disponíveis *online*, e só foram consideradas nesta pesquisa matérias com estado de conservação suficiente para que fosse possível identificar sua autoria.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. A presença feminina em *O Estado de S. Paulo*

Embora o período de análise deste levantamento abarque os anos de 1968 a 1978, por se tratar do período de vigência do Ato Institucional nº. 5, no caso de *O Estado de S. Paulo*, foram identificadas matérias das macrotemáticas de Política e Economia assinadas por mulheres em apenas três anos, sendo eles 1969, 1976 e 1977.

¹⁰ Referimo-nos ao projeto “A presença de jornalistas mulheres no jornalismo de referência paulista durante a ditadura civil-militar brasileira: trânsitos discursivos entre passado e presente”, desenvolvido na Universidade Anhembi Morumbi, em modalidade PIBIC-AM, entre 2020 e 2021, sob orientação da Profa. Dra. Nara Lya Cabral Scabin.

Ao todo, foram encontrados seis textos: quatro ocupando a editoria de Exterior e dois, a de Política, divididos entre cinco autoras diferentes: Marvine Howe, Ordália de Oliveira Carvalho, Gloria Emerson, Maria Costa Pinto, e Magdalena de Almeida. Vale ressaltar que os textos assinados por Howe e Emerson foram publicados em formato de *copyright* (republicação de matérias publicadas originalmente por outros veículos).

Em contrapartida, a título de comparação, se considerarmos os textos produzidos e assinados por homens sobre as mesmas macrotemáticas, observamos, com base nos mesmos critérios de busca, 29 matérias, de 28 autores diferentes, nas seguintes editorias: Economia (5), Educação (1), Exterior (4), Igreja (1), Política (3), Suplemento Agrícola (3) e Tribunais (1), além das que se encontravam entre os classificados ou fora de alguma editoria (11); assim como no caso da catalogação das dos textos assinados por mulheres, os textos foram publicados nos anos de 1969, 1976 e 1977. Apesar da quantidade parecer pequena, não devemos nos esquecer de que foram consideradas produções assinadas, e muitos dos materiais publicados não contavam com este artifício, mas com assinatura de agências de notícias, como Associated Press (AP), Agência de Notícia Patagonica (APP), Reuters, United Press Internacional (UPI), Associated France Press (AFP) e Agência Nacional de Imprensa Associada (ANSA), ou sucursais, com destaque para as sucursais do Rio de Janeiro e de Brasília, cidades economicamente mais ricas e de grande importância para o noticiário brasileiro.

3.2. A presença feminina na *Folha de S. Paulo*

Já no caso da *Folha de S. Paulo*, foi possível notar que o veículo garantia maior participação de mulheres nas publicações acerca das macrotemáticas de Política e Economia, com 21 textos assinados por elas, sendo que as jornalistas Sonia Carvalho, Vera Saavedra Durão, Isabel Dias de Aguiar e Neusa Miranda produziram mais de um.

Estes materiais foram publicados nos anos de 1969, 1970, 1972, 1974, 1976, 1977 e 1978, alocando-se nas editorias de Exterior (3), Economia (9), Opinião (1), Nacional (4), Local (3) e Turismo (1). Da amostragem, quatro dos materiais foram publicados em formato de *copyright* e assinados por Michele Cott, Anita Calers, Claire Starling, Sarita Kendall, o que representa 19,05% da quantidade de textos localizados.

A título de comparação, quando observamos as produções acerca das mesmas macrotemáticas assinadas por homens no veículo, é possível identificar 103 textos, publicados nos anos de 1969, 1972, 1974, 1976, 1977 e 1978, nas editorias de Opinião

(13), Caderno Especial (1), Economia (43), Exterior (27), Local (3), Nacional (13), Política (1) e Primeiro Caderno (2). Nota-se que tanto homens quanto mulheres tiveram o maior número de publicações na editoria de Economia, o que, supostamente, se deve à necessidade de abordar esse tipo de assunto, dado o momento em que o país se encontrava, com o chamado “milagre econômico” e, posteriormente, os desdobramentos gerados pelo choque do petróleo.

A frequência dos textos de autores homens é algo que vale ser notado em contraposição aos de autoria feminina; isso porque 47 deles foram responsáveis pela autoria de quase todo o material levantado, o que significa uma média de duas matérias para cada jornalista. Especificamente, os homens que publicaram mais de uma matéria foram: Newton Carlos (9), Rubens B. Mattos (3), J.S. Vanni (3), Joelmir Beting (10), Flavio de Almeida Salles (2), Paulo Francis (8), Luiz Alberto Bahia (10), Osvaldo Peralva (5), James Neilson (Copyright) (2), Reinaldo Cabral (2) Eduardo M. Suplicy (3), Frota Neto (3), Elcias Lustosa (2), Elcio Martins (3), Laércio Silva (3), J.B. Natali (2), Ubirajara Loureiro (2) e Helival Rios (2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento e análise quantitativa acerca da produção jornalística feita por mulheres nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* sobre as macrotemáticas de Política e Economia, entre dezembro de 1968 e outubro de 1978, tempo de vigência do Ato Institucional n.º 5, que vigorou durante parte da ditadura civil-militar no Brasil e representou o momento de maior repressão e censura do regime, evidenciam que a participação feminina nos dois principais veículos de referência paulistanos, embora menor que a de homens, é bastante considerável.

Mesmo que nada indique que mulheres apresentassem competências técnicas inferiores às dos homens, até porque, naquele período, muitas delas estavam nas redações graças aos cursos superiores em Jornalismo, que se tornaram populares na década de 1960, o espaço profissional composto majoritariamente por homens cedia a elas uma participação não mais do que limitada.

Finalmente, sabendo que o conceito de liberdade de expressão deve ser considerado para além de uma perspectiva puramente “negativa” (BARENDT, 2007) – isto é, como ausência de censura –, os resultados da presente pesquisa sugerem a existência de limitações ao exercício da livre expressão de mulheres jornalistas para além

da censura estatal, limitações estas que comprometiam os ideais de pluralismo e diversidade de vozes no debate público brasileiro ao longo do período em foco.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marcia. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). UFRGS, Porto Alegre, 2004.

BARENDT, Eric. **Freedom of speech**. Oxford: Oxford University, 2009.

BUORO, Cibele Maria. **Jornalismo político no Brasil: sua trajetória**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARVALHO, Lucas Borges de. A censura política à imprensa na ditadura militar: Fundamentos e controvérsias. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 59, n. 1, p. 79-100, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010

DE BRUIN, Marjan. “Gender and newsroom cultures”. In: MONTIEL, Aimée (Org.). **Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender**. UNESCO, 2014. p. 41-46.

ENCARNAÇÃO, Paulo Mauricio Schueler da. **Colunismo econômico na Folha e no Estadão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação – Habilitação em Jornalismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GOTTLIEB, Ane; PAVARINO, Rosana. **O jornalismo econômico: uma necessidade social**. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, Goiânia, 27 a 29 de maio de 2010. **Anais...** Goiânia: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0178-1.pdf>. Acesso em: 01 Out. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2016.

JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. O Jornalismo Econômico e a Concepção de Mercado: uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **Brazilian Journalism Research**, São Paulo, v. 4, n.2, 2008, p. 190-209.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Mulheres jornalistas na história da imprensa brasileira**. XXIV Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Campo Grande, setembro de 2001. **Anais...** Campo Grande: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/COMUNICACOES_KOSHIYAMA.pdf. Acesso em: 01 Out. 2021.

- LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso**. Compolítica, Rio de Janeiro, 2006. **Anais...** Rio de Janeiro: Compolítica, 2006. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_jp-plinio.pdf. Acesso em: 01 Out. 2021.
- LEITE, Aline Tereza Borghi. Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, 2017, p. 44-68.
- LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.
- MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MARCONI, Paolo. **A censura política à imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.
- NASSIF, Luis. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.
- QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. **Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.
- ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero. **Anais...** Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499277935_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero2017.pdf. Acesso em: 27 Set. 2021.
- VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. **E se Lenin lesse os jornais de hoje?** Linha editorial e imprensa como partidos políticos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- VIEIRA, A. V. C.; ROCHA, P. M. A participação das mulheres no Jornalismo Investigativo brasileiro: um recorte histórico no Prêmio Esso de Jornalismo no período de 1964 a 1985. Encontro Regional Sul de História da Mídia, Ponta Grossa, 2016. **Anais...** Ponta Grossa: ALCAR, 2016.
- SARDENBERG, Carlos Alberto. **A transição no jornalismo econômico**. 1995. Disponível em: www.bb.com.br/appbb/portal/bb/simp/rsm/CarlosAlbertoSad.jsp. Acesso em: 01 Out. 2021.
- SOARES, Glaucio. A Censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1989. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf. Acesso em: 09 Ago. 2022.
- ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, 2014.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. **Jornais: Breve história**. 2020. Disponível em: <https://www.anj.org.br/breve-historia/>. Acesso em: 01 Out. 2021.
- CARVALHO, Lucas. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**. 59. 10.5380/rfdufpr.v59i1.36349.